

Intervenção na XII Conferência Ibero-Americana de Cultura

O papel das novas tecnologias na promoção das Línguas Partilhadas e do Multiculturalismo

por Luis Magalhães, Presidente da Agência para a Sociedade do Conhecimento, Portugal

26 de Abril de 2009

Senhoras Ministras
Senhores Ministros
Senhoras e Senhores Delegados
Excelências

É para mim um grande privilégio ter a oportunidade de endereçar a esta distinta audiência umas palavras sobre o papel das novas tecnologias, e em particular das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), na promoção das Línguas Partilhadas e do Multiculturalismo.

Não é apenas devido à minha responsabilidade pela Agência para a Sociedade do Conhecimento, a agência pública encarregada da coordenação da política da sociedade da informação em Portugal e de acelerar a criação e uso do conhecimento e das tecnologias emergentes de alcance global, como é o caso das TIC mas também de outras tecnologias, funções que realizamos com uma atenção diária à internacionalização de relações e actividades.

É especialmente

- porque **numa conferência ibero-americana assumem natural importância as nossas próprias línguas** portuguesa e espanhola, e as outras línguas ibero-americanas,
- porque **aproveitar o valor resultante de trabalho colaborativo em situações com diversidade cultural e regional é particularmente produtivo e rentável**, devido ao valor acrescentado resultante da complementaridade associada à diversidade cultural e de diferentes condições nacionais e locais,
- porque **a cultura e a língua estão no cerne da identidade dos povos** e, portanto, num contexto de economias baseadas no conhecimento num mundo em globalização, assumem uma importância social e económica inultrapassável por outros factores diferenciadores,
- porque, por esta razão, **a língua e a cultura têm um interesse estratégico muito especial** para todos os países do espaço ibero-americano e a sua defesa e projecção no mundo só será assegurada trabalhando em conjunto e coordenando acções.

As TIC são tecnologias facilitadoras que interferem com todos os sectores da economia e da vida pública, como a electricidade foi no século passado e a nanotecnologia será no futuro. A Internet, os computadores, os telefones móveis, e outros desenvolvimentos das TIC como a fibra óptica e a TV digital, transformaram profundamente a maneira como as pessoas vivem – como aprendem, trabalham, ocupam os tempos livres e interagem – tanto nas relações pessoais como com as organizações.

Por um lado, **as TIC, e em particular a Internet, facilitam fortemente a partilha de informação e conhecimento e o trabalho colaborativo à distância**. Os custos de distribuição e as condições de natureza logística e material necessárias para a produção e distribuição tradicionais baixaram radicalmente com a possibilidade de produção de conteúdos e da sua distribuição desmaterializada com computadores e a Internet. A capacidade de produção e distribuição de informação, conhecimento, património cultural passou, assim, a ficar disponível a indivíduos e organizações que anteriormente, com os meios materiais convencionais de produção e distribuição, não as poderiam alcançar.

Por outro lado, **a ubiquidade da Internet torna imperioso que seja assegurada uma presença marcante e ampla da língua e da cultura no ciberespaço**, como própria condição de relevância na sociedade em rede e da economia baseada no conhecimento.

Infelizmente, tanto num aspecto como no outro as nossas línguas e culturas não estão presentemente a tirar os benefícios possíveis, como é simples constatar comparando com a língua inglesa e a cultura anglo-saxónica.

Apesar do enorme número de falantes de português e espanhol, que coloca cada uma destas línguas no pequeno grupo das línguas mais faladas no mundo, os conteúdos na Internet em ambas as línguas ficam muito aquém da sua natural presença. Referimo-nos, naturalmente, não só aos conteúdos em texto como aos conteúdos em multi-media, com imagem e som, e aos conteúdos interactivos que estão a ter uma importância social e económica crescente, em particular em contextos de aprendizagem, acesso ao conhecimento, actividades colaborativas e redes sociais.

Esta situação tem de ser ultrapassada urgentemente com grande determinação e exige uma grande concertação de esforços entre todos os países ibero-americanos.

As principais linhas de acção devem envolver:

- **A digitalização massiva de conteúdos culturais e informativos, num esforço distribuído que envolva organizações públicas e da sociedade civil, mas também o trabalho voluntário organizado de cidadãos comuns mobilizados**, com o apoio da sociedade civil através de ONGs articuladas com entidades públicas, numa tarefa colectiva de reforço da identidade no espaço cibernético que também constituiu uma oportunidade de mobilização de cidadania numa tarefa concreta de reforço da identidade cultural dos nossos povos.
- **A criação de repositórios de acesso aberto para conteúdos de natureza científica e cultural** em português e espanhol, a disponibilização aberta e gratuita da informação e do conhecimento produzidos com recursos públicos, e a integração dos sistemas de procura nesses repositórios em todo o espaço ibero-americano.
- **O desenvolvimento e a disponibilização pública aberta de recursos para o processamento computacional das línguas** portuguesa e espanhola, e das línguas minoritárias do espaço ibero-americano, como os *corpora* e *parsers* de texto e fala, os instrumentos gramaticais, de *thesaurus*, de tradução automática, de síntese e interpretação computacional da fala, etc. Em suma, o desenvolvimento e disponibilização de instrumentos para o tratamento da língua no ciberespaço.
- **O reforço da investigação científica no processamento computacional da língua natural especializado nas nossas línguas**, dado o conhecimento que ainda é necessário criar em língua natural e que também sabemos hoje em dia que o conhecimento geral em processamento computacional de língua natural não é suficiente, pois para cada língua, e em cada língua para cada uma das suas variantes continentais ou regionais, é preciso entrar em conta com particularidades específicas.

Em Portugal estamos a prestar uma atenção muito particular a estes aspectos e procuramos aproveitar todas as oportunidades de colaboração bilateral e multilateral, em particular com países de língua portuguesa, mas em certos aspectos também possível com países de língua espanhola, para amplificar a escala do impacto global destas acções.

Em particular, Portugal colocou-se recentemente no pequeno grupo de países europeus que lideram o movimento de repositórios científicos de acesso aberto ao criar, no 2º semestre de 2008, o **Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP)** que integra um conjunto significativo de repositórios de diferentes instituições universitárias e está em franco crescimento. Também, no que toca a recursos para o processamento computacional da versão europeia do português, desenvolvemos na última década um conjunto de instrumentos disponibilizados publicamente pelo projecto a que chamamos "**Linguateca**" que também nos colocam na linha da frente dos desenvolvimentos nesta área para a variante europeia do Português. Estamos muito empenhados em partilhar este esforço e em lhe dar um alcance mais amplo em cooperação com outros países de língua portuguesa e do espaço ibero-americano.

As oportunidades que as TIC abrem às línguas portuguesa e espanhola são igualmente relevantes para as línguas minoritárias ibero-americanas, e até ainda mais devido à desproporção entre o potencial impacto na *web* global e o número de falantes dessas línguas.

Outras áreas, além da cultura e da ciência, abrem oportunidades muito importantes para a presença das nossas línguas e culturas na Internet e para a melhoria da qualidade de vida e da competitividade dos nossos povos. Um exemplo claro é o da informação sobre saúde destinada ao público geral, onde estamos a iniciar um ambicioso projecto em colaboração com a *Harvard Medical School*, devido à grande experiência desta escola norte-americana nesta área. Este projecto visa disponibilizar de forma aberta e gratuita informação em português sobre saúde, através da Internet, que ficará ao alcance de qualquer um em qualquer lugar.

É claro que estes desenvolvimentos, **exigem a ultrapassagem das barreiras existentes ao acesso às TIC**, o chamado fosso digital. A exclusão digital está presente em todos os nossos países de uma ou outra forma em associação com factores como nível educacional, ruralidade, idade, condição económica. Sobre este aspecto, é de notar que os países em desenvolvimento enfrentam

dificuldades imensamente maiores do que os países mais desenvolvidos: a cobertura com comunicações é muito mais limitada, baseia-se em infra-estruturas caras que ainda não estão disponíveis, e os custos de comunicações são muito mais elevados.

Ainda por cima, vivemos um momento em que haverá um grande investimento em **Redes de Nova Geração** baseadas em fibra óptica e em banda larga móvel, que vêm trazer capacidades de comunicação em vídeo e de comunicação interactiva ordens de grandeza superiores às presentemente disponíveis. Este facto positivo vai, contudo, trazer um novo e muito importante factor de exclusão digital que importará colmatar com esforço público e cooperação internacional decididas de forma a procurar limitar o aumento de desequilíbrio das oportunidades de desenvolvimento e de qualidade de vida que certamente resultará se o curso dos acontecimentos for deixado a si próprio.

É precisamente quando uma nova tecnologia poderosa de comunicação é disponibilizada que o seu papel discriminatório tem de ser limitado, assegurando por acção pública e cooperação internacional o acesso a essa mesma tecnologia a zonas onde o mercado não a assegurará. Também neste aspecto, a cooperação efectiva no espaço ibero-americano terá de ser assegurada.

Deixem-me agora referir de passagem um aspecto que está na ordem do dia do sector de telecomunicações e que tem uma importância fundamental para as oportunidades de desenvolvimento fornecidas pelas TIC. É uma questão de natureza eminentemente política. Seria um desperdício num *forum* de alto nível como este não a referir apesar de respeitar a pastas que em geral não são da responsabilidade directa de ministros da cultura.

Trata-se das questões da **governança da Internet**. Há uma movimentação de interesses no mundo das empresas dominantes de comunicações no sentido de, além de assegurarem as comunicações ponto a ponto com neutralidade de transmissão, diferenciarem a qualidade e largura de banda das comunicações de acordo com a natureza dos conteúdos e absorverem também os negócios relacionados com as aplicações e os conteúdos. Este desenvolvimento seria fatal para a capacidade de inovação e criação diversificada de valor local em cada região ou país e precisa de ser contrariado.

Esse movimento procura afirmar-se com base nas entidades que têm funções técnicas de normalização e regulação das comunicações e de regulação do espectro de radiofrequências em âmbito internacional e nacional, as quais têm como constituintes principais as grandes empresas de comunicações. Procura explorar uma percepção falsa de que organizações que têm assegurado o funcionamento aberto da Internet com neutralidade e foram iniciadas nos EUA devido ao pioneirismo deste país na Internet, como por exemplo a *ICANN – Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*, não asseguram uma gestão equilibrada deste recurso. Mas a ofensiva comercial que está em curso por trás desta controvérsia que normalmente é referida como a da governança da Internet é muito séria e requer vigilância e intervenção especiais de todos nós.

Em particular, gostaria de deixar convosco a seguinte questão: **Como podem os países ibero-americanos conjugar esforços nos fora globais *multistakeholder*, como a ICANN e o Internet Governance Forum da Organização das Nações Unidas, de forma a salvaguardarem os seus interesses comuns e as oportunidades partilhadas de desenvolvimento?**

Para concluir, gostaria de sublinhar que o conhecimento fornece um meio poderoso de criação de riqueza e de melhoria da qualidade de vida das pessoas. A sua criação e disponibilização é uma das bases mais sólidas para acções frutuosas de cooperação. O conhecimento é um recurso económico muito peculiar, muito diferente dos outros recursos económicos, pois contrariamente aos recursos materiais quando o damos a alguém não deixamos de ter todo o conhecimento que possuíamos e, em geral, no processo de transmissão de conhecimento acabamos até por ampliar o nosso conhecimento. É por isso que a cooperação baseada na transmissão de conhecimento é particularmente promissora. As TIC têm presentemente um papel básico em todos os sectores da economia e da sociedade – como na transformação da educação, na melhoria dos sistemas de energia-ambiente-transporte, na melhoria da saúde e das condições para o envelhecimento activo, e na transformação dos negócios e do governo – pelo que as TIC necessitam de uma atenção muito especial na cooperação internacional.

Concentremo-nos em obter resultados concretos na cooperação dos nossos povos baseada em TIC, com um sentido de defesa da cultura, da ciência e da qualidade de vida, e enriqueceremos os povos em todos os nossos países.